



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Através da Programação Pactuada Integrada (PPI) o município de Bom Jardim de Minas tornou-se responsável por gerir os recursos recebidos através do Governo Federal para realização de exames nos usuários do SUS das cidades de Arantina, Bom Jardim de Minas, Liberdade, Madre de Deus de Minas, Olaria, Passa-Vinte, Rio Preto e Santa Rita de Jacutinga.

As análises clínicas são um conjunto de exames com a finalidade de verificar o estado de saúde de um paciente ou investigar doenças, como os chamados exames de rotina, check-ups, dentre outros. A análise é feita através do estudo de material biológico colhido do paciente.

2. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Município, considerando que esse planejamento ainda não foi implantado no município.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica obrigatoriamente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para prestação de serviço;

Cópia do Alvará Sanitário ou da Licença de funcionamento do Licitante, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária Municipal/Estadual, em vigência, conforme Código Sanitário e Leis complementares. Não será aceito protocolo de alvará (ou licença) inicial ou de renovação; O Relatório de Inspeção emitido pela Vigilância Sanitária Local, com parecer conclusivo, de que as empresas cumprem com as Boas Práticas de Fabricação, não substitui, nem vale como documento de certificação da empresa;

Certificado ou registro no Conselho Regional de Farmácia ou Biomedicina da Pessoa Física responsável técnico;

Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES.

3.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

instrumento;

II. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

III. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

IV. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato;

3.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRA deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VI. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VII. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato;

VIII. A contratada deverá realizar a coleta dos exames autorizados nos municípios de origem da solicitação, sendo eles: Arantina, Bom Jardim de Minas, Liberdade, Madre de Deus de Minas, Olaria, Passa-Vinte, Rio Preto e Santa Rita de Jacutinga; ficando a cargo da contratada a responsabilidade do local para coleta, bem como para realização dos exames;

IX. É de responsabilidade de o contratado fornecer os serviços, materiais e necessários para realização de todo processo para a realização dos exames de análises clínicas, considerando desde a coleta até a emissão dos resultados.

3.3. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO

3.3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.3.3. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I. - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Contratação realizada por valor, referente ao da tabela SUS– SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS). Valor estimado para 12 meses é de R\$185.316,04.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

A Secretaria de Saúde definiu que o credenciamento seria a melhor alternativa no momento para solucionar a necessidade de realizar os exames de análises clínicas. Os valores de cada exame são os praticados pela tabela SUS – SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS).

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Contratação realizada por valor, sendo estimado para 12 meses em R\$185.316,04 (cento e oito e cinco mil trezentos e dezesseis reais e quatro centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação se faz necessária para atender aos pacientes assistidos no SUS. Os exames de análises clínicas são recursos eficientes, imprescindíveis e necessários que um profissional de saúde deve ter a sua disposição. Com eles, é possível avaliar parâmetros, analisar de forma minuciosa a condição de saúde de determinado paciente, chegando ao diagnóstico e propiciando o melhor tratamento. A contratação se faz necessária para atender aos pacientes assistidos no SUS.

Os serviços deverão ser executados no próprio laboratório credenciado, em relação aos municípios que possuem pactuação através do SUS com o Bom Jardim de Minas, a credenciada deverá realizar a coleta no município de origem, devendo os mesmos ser em estrita conformidade com as legislações pertinentes. Os profissionais deverão ser habilitados e, devidamente, registrados nos conselhos de classe respectivos e competentes, visando a correta realização da prestação dos serviços, nos termos das orientações do município contratante.

7.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

7.1.1 A Secretaria de Saúde realizará a Autorização para realização dos exames de análises clínicas e encaminhará o paciente para o laboratório previamente determinado pela Secretaria de Saúde, ou seja, a secretaria encaminhará o paciente ao prestador dos serviços para agendamento do dia da coleta. Em relação aos municípios pactuados: Arantina, Liberdade, Madre de Deus de Minas, Olaria, Passa-Vinte, Rio Preto e Santa Rita de Jacutinga, a Secretaria de Saúde juntamente com a (s) empresa (s) contratada (s) irão determinar o dia para deslocarem até os municípios citados.

7.1.2 O pagamento somente será autorizado pela equipe do Município após o envio dos documentos comprobatórios de execução dos serviços, documentos estes que serão



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

definidos posteriormente pela contratante.

7.1.3 A empresa prestadora dos serviços ficará responsável pelo atendimento em local próprio da contratada, que será local para os atendimentos, devendo a prestadora de serviços fornecer equipe técnica, bem como material necessários para realizar os procedimentos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com o Credenciamento de Laboratórios, a Secretaria de Saúde poderá ofertar aos munícipes o acesso a Exames Laboratoriais fundamentais necessários para investigação de doenças ou outros problemas de saúde, possibilitando desta forma, tratamento correto e mais rápido a cada caso. Sendo assim, garantido o acesso adequado aos serviços de saúde e maior efetividade dos resultados dos tratamentos.

10. REGIONALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

Com vistas ao atendimento da função social da licitação e fomentar o desenvolvimento local, bem como tendo em conta a necessidade de fiscalização do Município sobre o prestador de serviço, somente poderão participar da presente licitação as empresas sediadas no território do município de Bom Jardim de Minas.

Bom Jardim de Minas/MG, 01 de agosto de 2024.

Maria Aparecida Ferreira Almeida
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 2839